

Covas e Sant'Anna unem-se contra o adiamento

Uma inesperada aliança pode surgir na convenção do PMDB: o senador Mário Covas e o deputado Carlos Sant'Anna podem se unir para tentar derrotar a proposta preliminar apresentada por 11 governadores, e apoiada pela cúpula do partido para evitar a votação do mandato presidencial. Covas não abre mão da votação. Já Sant'Anna, orientado pelo Planalto, só aceita a transferência da questão para a Constituinte desde que haja uma expressa concordância prévia de Covas.

O deputado Ulysses Guimarães já obteve o apoio dos ministros e de 11 governadores para a não deliberação na convenção. E, ontem, conseguiu mais uma importante adesão: o colégio de líderes do PMDB na Câmara, por unanimidade, definiu-se a favor da moção dos governadores. Na corrente liderada por Covas, contudo, a reação é grande. O deputado Pimenta da Veiga, ex-líder do partido, por exemplo, entende que evitar a votação produzirá a implosão do partido, ao invés de garantir a unidade segundo argumentam os defensores da moção.

Já o deputado Roberto Cardoso Alves, ligado ao Governo, também defende a votação, exceto se

houver uma concordância de Covas como o adiamento. E justifica: "Estamos convencidos de que, numa votação, dá cinco anos, mas a impressão que ficará é de que nós fugimos da raia. Isto não vamos aceitar".

Parlamentares das diversas tendências do PMDB acreditam que a hipótese mais provável no momento é a da não deliberação, porque tanto os partidários dos quatro quanto os dos cinco anos não dispõem de segurança absoluta, especialmente se o voto for secreto, de que vencerão. O deputado Genebaldo Correia, coordenador da bancada da Bahia, está convencido que a moção dos governadores será aprovada, mas admite duas hipóteses capazes de rejeitá-la: a pressão das galerias ou a aliança entre Covas e Sant'Anna.

A intenção dos governadores Orestes Quercia e Waldir Pires de conseguirem uma posição comum de todos os governadores do partido em relação à convenção não vingou. Os governadores da Amazônia, mais afinados com o Planalto, querem a votação e o governador Fernando Collor, de Alagoas, alinhado a Covas, também defende uma decisão.



Para os governadores, não se posicionar sobre mandato é um desserviço a Sarney e ao País

As razões de cada grupo

Rubem Azevedo Lima

Três correntes partidárias, com propostas distintas, vão à Convenção Nacional do PMDB com estratégias próprias. A primeira é a corrente mais à esquerda, liderada pelo senador Mário Covas, que defende quatro anos de mandato para o presidente José Sarney e prefere até ser derrotada numa votação do que nada ser decidido, por entender que a divisão das águas no partido vai favorecer-lhe no futuro. A segunda é o grupo oficialista mais à direita do PMDB, representado na Constituinte pelo deputado Carlos Sant'Anna, que luta pelos cinco anos de mandato e prefere uma definição agora, por avaliar que tem boas chances de vitória e por temer perdê-las no futuro. A terceira, com predominância de centro, é o comando tradicional do partido, tendo o deputado Ulysses Guimarães à frente. Junto com os ministros e os governadores de mais peso no PMDB, esse grupo quer evitar o confronto em nome da unidade partidária e na perspectiva de não se com-

prometer de maneira definitiva com uma das duas alternativas de mandato presidencial.

Alinhamento

Formalmente, as correntes de Ulysses e Sant'Anna estão alinhadas em defesa de um mandato presidencial de cinco anos. E mais, trabalharam juntas nos últimos dias para reverter a tendência pró-quatro anos da convenção.

Para isto, contudo, o Governo teve de usar todo seu arsenal de convencimento e pressão. O grupo de Sant'Anna, na avaliação do Planalto, é confiável em qualquer circunstância. O de Ulysses, não, se a imagem do Governo estiver deteriorada na época da votação do mandato na Constituinte, poderá até aderir aos quatro anos.

Na dúvida, o Planalto prefere forçar uma decisão já. Se perder, tem tempo para reconstruir uma nova base partidária. O grupo de Covas quer uma decisão para se credenciar, com vitória ou derrota, como a ala autêntica do partido, em contraposição à fisiológica.

Convenção terá duas cédulas

A Executiva Nacional do PMDB, reunida ontem sob a presidência interina do senador Afonso Camargo, decidiu pela criação de duas cédulas diferenciadas para a votação do sistema de governo e mandato presidencial e fixou as normas de funcionamento para a convenção.

Além de um questionário que explicita os pontos de controvérsias nas questões programáticas, serão confeccionadas duas cédulas. Na primeira, os convenconais votam o tempo de mandato do futuro presidente e o sistema de governo e, na segunda, o mandato do presidente José Sarney.

A não vinculação do mandato do atual Presidente com o sistema de governo a ser adotado no País foi a questão que provocou maior polémica na reunião da Executiva. Quem defendeu com mais veemência a tese foi a economista Maria da Conceição Tavares, argumentando que "não se podia manobrar o partido, retirando dos convenconais o direito de exprimir livremente o que pensam. E muitos deles podem defender um mandato para o presidente Sarney e um mandato diferente para o próximo presidente".

A Executiva ratificou a programação organizada pela comissão coordenadora da convenção, que tem à frente o deputado Milton Reis (PMDB-MG).

Os trabalhos vão começar às 9h00 de sábado, com a exposição

do ministro da Cultura, Celso Furtado, sobre a conjuntura econômica. «A tarde, a partir das 14h00 começam os debates dos temas políticos. O ex-deputado João Gilberto apresentará aos convenconais a mecânica dos trabalhos e, em seguida, o senador Fernando Henrique Cardoso fará uma explanação sobre o questionário dos temas programáticos. Esse questionário será distribuído para os convenconais no sábado, mas só poderá ser depositado nas urnas do domingo. No primeiro dia, 37 convenconais poderão ocupar a tribuna, sendo reservados 5 minutos para cada intervenção. O sistema de governo e o mandato presidencial serão os temas da discussão noturna, a partir das 18h00.

Na manhã de domingo serão apresentadas ao plenário as mais de 60 moções que deram entrada na Secretaria-Geral do partido. Primeiro serão votadas as moções preliminares, que poderão alterar todo o curso programado para a convenção. Uma dessas moções, apresentada pela delegação do Rio de Janeiro, prevê que a convenção não delibere sobre o mandato do presidente e sistema de governo, remetendo a questão para a Assembleia Constituinte. Há ainda uma preliminar que propõe que a votação seja nominal e aberta, o que jogaria por água abaixo as cédulas preparadas pela Executiva do partido.

Votações ficam para domingo

As votações da convenção nacional do PMDB só acontecerão no domingo à tarde. Essa decisão foi tomada ontem pela manhã durante a reunião da Executiva Nacional do partido que estabeleceu o calendário da convenção. No sábado, serão discutidos os pontos polémicos da Constituinte, a conjuntura econômica e, por último, sistema de governo e mandato presidencial. No domingo de manhã, os convenconais analisarão as 114 moções apresentadas e discutirão os encaminhamentos da votação.

A Executiva estabeleceu ainda os pontos que farão parte do questionário a ser respondido pelos convenconais. Segundo o secretário-geral da Executiva, deputado Milton Reis (MG), o questionário é dissertativo e a tabulação das respostas deverá sair posteriormente. Os pontos considerados polémicos foram: reforma agrária, ensino público, capital estrangeiro, definição de empresa nacional, reserva de mercado, comunicação e interferência do Estado na ordem econômica.

Milton Reis explicou que esses pontos terão, obrigatoriamente, que ser votados na convenção por serem assuntos programáticos. Por isso, o esboço do questionário já foi aprovado na reunião da

Executiva e só será divulgado na hora da votação.

Horários

A convenção será aberta às 9h00 pelo presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. As 9h30, o ministro da Cultura, Celso Furtado, abre o debate sobre a conjuntura econômica com a exposição do documento preparado pelos economistas do PMDB. O expositor disporá de vinte minutos e em seguida serão abertas inscrições para os oradores que terão cinco minutos para defender suas teses.

À tarde a exposição dos oito pontos polémicos da Constituinte será feita pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e pelo ex-deputado João Gilberto. Sem intervalo, inicia-se às 18h00 o debate sobre o mandato presidencial e sistema de governo. Segundo Milton Reis, numa discussão não foi marcado horário para o término e ele acredita que só acabará «de madrugada».

No domingo de manhã é que os convenconais decidirão se haverá ou não votação sobre o mandato do presidente Sarney. O secretário-geral explicou que, das 114 moções encaminhadas à secretaria, muitas estão pedindo o adiamento da votação.

Ulysses nega retaliações do Planalto

O presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, desmentiu ontem que o presidente Sarney vá reformular a Aliança Democrática e até mesmo fazer uma reforma ministerial, caso a Convenção Nacional do PMDB reduza o seu mandato para quatro anos.

Segundo Ulysses, foi o próprio Sarney que tomou a iniciativa de pedir que ele negasse as notícias publicadas ontem dando conta de uma possível retaliação do Palácio do Planalto contra o PMDB como reação ao encurtamento do mandato presidencial.

Ulysses explicou ainda que ligou para o presidente, em Buenos Aires, para trocar informações sobre o Brasil e da sua viagem. De acordo com o presidente do PMDB, coube a Sarney a iniciativa de abordar as notícias sobre mudança do Ministério e da base de apoio do Governo. Sarney teria pedido a Ulysses que ele desmentisse estas declarações, destacando que não havia dito nada neste sentido.

Collor

Em audiência ontem pela manhã com o presidente interino, o governador Fernando Collor, de Alagoas, disse que a pior decisão que o partido pode tomar na Convenção Nacional que começa amanhã é a não fixação do mandato do presidente Sarney. Segundo Collor, a omissão é a pior das posições porque irá frustrar a expectativa popular que quer a definição do assunto.

Em contrapartida, o governador ouviu de Ulysses Guimarães que este não é o melhor momento para debater o assunto e que a tese dos cinco anos talvez seja majoritária entre os convenconais, caso a questão seja levada a votação.

«Eu comuniquei ao Ulysses que a posição dos convenconais de Alagoas é de 14 votos pelos quatro anos com presidencialismo contra três pelos cinco anos. Estes três votos são unicamente do deputado federal José Costa», informou Collor, o único governador do PMDB que defende um mandato de quatro anos para Sarney.

«E um equívoco pensar que uma decisão pelos quatro anos será um confronto com o Presidente da República, pois se esta colocação fosse verdadeira inviabilizaria qualquer decisão da convenção», argumentou o governador.

Retaliação

Sobre a possibilidade de retaliação presidencial caso o PMDB decida pelos quatro anos, Collor admite que Sarney poderá reformular sua estratégia de governo se isto ocorrer, «mas nunca como um revide». Quanto às pressões do Palácio do Planalto para aprovação de um mandato de cinco anos na convenção, o governador insistiu que «às vezes uma pressão exercida de forma pouco ortodoxa gera um efeito contrário, sobretudo quando o voto é secreto».

Já o ministro Marcos Freire, da Reforma Agrária, também recebido ontem pelo presidente Ulysses Guimarães, defendeu a transferência da decisão mandato e sistema de governo para a Constituinte. Freire, que é partidário do mandato de cinco anos, acha que somente as questões programáticas deverão ser decididas na convenção.



Collor quer votar o mandato

Foro da Amazônia quer definição já

A duração do mandato do presidente José Sarney deverá ser tema obrigatório das discussões e objeto de deliberação na Convenção Nacional do PMDB, que começa amanhã. Esta é a decisão unânime de sete governadores estaduais e dois governadores de Territórios que integram o Foro Permanente de governadores da Amazônia: Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Maranhão, e dos territórios do Amapá e Roraima.

Os governadores, à exceção de Hélio Gueiros, do Pará, e Epitácio Cafeteira, do Maranhão, que foram consultados por telefone, reuniram-se ontem no Hotel Eron, e decidiram que, no seu entender, o PMDB não pode mais furta-se à discussão e a uma tomada de decisão em torno do mandato do presidente José Sarney.

«De outro modo, explicou o governador do Amazonas, Amazônino Mendes, encarregado de falar por todo o grupo, estaríamos prestando um desserviço ao presidente José Sarney e um péssimo serviço ao país. Isto porque, na medida em que não sabe a duração do mandato, a autoridade do Presidente ficará enfraquecida; e o País fica numa dúvida permanente sobre a duração do mandato presidencial. Então, é melhor que a matéria seja colocada em votação e se adote uma decisão, seja ela qual for. Mas uma decisão».

Panaceia

Amazônino adianta que a posição dos integrantes do Foro de Governadores da Amazônia é francamente favorável à fixação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, a partir da

constatação de que o País não está preparado para enfrentar a eleição agora, mesmo porque a sua realização não resolveria todos os problemas do País. «Aqueles que vêm levantando a tese das diretórias, fazem com que a Assembleia Nacional Constituinte se torne uma panaceia e o livre exercício do voto, a solução para todos os problemas nacionais, quando isto não é verdadeiro», diz.

Mesmo com estas posições firmadas, os governadores da Amazônia Legal estão dispostos a discutir as suas propostas «até à exaustão», visando manter a unidade do partido. Neste contexto, eles não fecham questão em torno de outra questão polémica que também será levada à convenção de amanhã e domingo: o sistema de governo, apesar de opinarem antecipadamente que o melhor para o País é o presidencialismo, com o fortalecimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

Economia

O governador do Amazonas revela, ainda, a disposição dos seus colegas de discutirem a ordem econômica do País, enfocando porém os problemas que o País enfrenta sob uma ótica mais realista e factível. «Muitas vezes, o discurso do partido mostra-se impraticável diante do próprio quadro econômico, diz Amazônino. O próprio governador de Goiás, Henrique Santillo, tem alertado para que haja maior nível de maturidade nas colocações do partido em relação ao problema econômico, para que a imagem do partido não sofra maiores desgastes entre o que ele prega e o que de fato é possível cumprir, em termos reais».

Sarney pressiona por decisão

Andrei Meireles

Embora ausente do Brasil, o presidente José Sarney está procurando induzir os convenconais do PMDB, através de alguns ministros — entre os quais o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto — a decidirem, na convenção peemedebista de amanhã e domingo, sobre o prazo de duração de seu mandato e sobre o sistema de governo. A pressão governamental sobre os convenconais se fez e se faz de várias formas e uma das principais preocupações de constituintes peemedebistas diz respeito aos motivos pelos quais o Palácio do Planalto exige uma definição imediata do partido sobre tais assuntos.

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, insiste em que a tese do mandato de cinco anos para Sarney conta com mais de duzentos votos de vantagem sobre a proposta dos quatro anos. Numerosos peemedebistas vêem nesse fato o motivo da disposição do Executivo em resolver essa questão imediatamente. Mas, os dados de Milton são contestados por adeptos da proposta dos quatro anos, que reconhecem, no momento, a prevalência da tese do adiamento da decisão, por influência dos governadores peemedebistas.

Novo erro

A propósito, em meio às indagações que se fazem quanto aos motivos do Governo em favor da resolução partidária sobre o mandato de Sarney, muitos constituintes, que eram congressistas há 20 anos, recordam a possibilidade de o Palácio do Planalto estar sendo induzido a novo erro, como aconteceu durante o pedido de processo contra o então deputado Márcio Moreira Alves. Na ocasião, uma corrente governista ligada ao então presidente Costa e Silva ponderou que o pedido do processo contra Márcio deveria ser adiado, para evitar o conflito entre o Legislativo e o Executivo. Convencido então da vitória do pedido de processo, o Governo submeteu o assunto a votação e foi derrotado.

No entender de parlamentares da Executiva do PMDB, como o deputado Francisco Pinto, da Bahia, o governo, pode estar interessado na organização de um novo suporte parlamentar, uma espécie de novo «Arenão», como

Líder aceita reunião, mas quer 4 anos

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, aceitou reunir-se nas próximas horas com o presidente José Sarney e com o deputado Ulysses Guimarães para discutir alternativas de entendimento antes da Convenção Nacional do partido, mas fez três exigências. Primeiro, a iniciativa do encontro deve partir de Sarney; e, terceiro, as consultas devem ser ampliadas, com a participação de outras lideranças e setores do partido.

Covas, contudo, não aceita mudar sua posição favorável a quatro anos de mandato para Sarney e os políticos mais ligados a ele garantem que não há hipótese de aceitarem um entendimento em torno dos cinco anos.

O senador José Richa, depois de muita conversa com Covas, conseguiu sua concordância para a conversa. Ele sugere a adoção, na Constituinte, do modelo clássico de parlamentarismo e, nas disposições transitórias, um cronograma de sua introdução gradual no País. Sarney, por exemplo, poderia concluir seu mandato com um regime misto, mais presidencialista do que parlamentarista.

Convite

Richa entende que o sinal verde do Planalto poderá se concretizar em um convite a Covas para o diálogo. Mas, no PMDB, a proposta está sendo encarada com ceticismo. Os setores mais à direita e à esquerda do partido preferem o confronto.

Nas seguintes reuniões e conversas, no clima bastante nervoso que marca todas as articulações às vésperas da convenção, a perspectiva do confronto é considerada inevitável, exceto se for aprovada a moção apresentada por 11 governadores propondo a não-deliberação sobre questões não programáticas. Mesmo assim, Richa e outros parlamentares que trabalham pelo entendimento consideram que o partido sairá desunido da convenção e profundamente desgastado perante a opinião pública.

Sem discussão

O ministro Deni Schartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, disse ontem à tarde, em Aracaju, que a tendência em Brasília é de que o assunto da duração do mandato do presidente José Sarney não venha a ser discutida nem votada na convenção do PMDB no final dessa semana.

O ministro é secretário-geral do PMDB do Paraná e acrescentou que a questão do mandato deverá ser deixada para que os constituintes a resolvam. Ele esteve em Aracaju para assinar convênios e contratos com o Governo do Estado no valor de Cr\$ 11 bilhões, para aplicação nos setores de habitação e saneamento.

Lobby e opinião

O ministro Jorge Bornhausen, perguntado se fará parte do lobby dos ministros do PFL e de outros que defendem os cinco anos para o presidente Sarney, disse: «Eu só quero esclarecer que ministro não faz lobby. Política é a arte de conversar, dialogar. Eu acho que tanto o presidente Sarney, como os Constituintes, prefeitos e vereadores e senadores como eu foram eleitos pelo texto da atual Constituição, que não foi derogada, então é evidente que pensar em alterar o mandato é ter que se pensar em alterar todos os mandatos e não me parece lógico que se estabeleça um princípio apenas para Presidente».

Força mineira

A Convenção Nacional Extraordinária do PMDB terá a participação de 85 convenconais de Minas, com direito a 107 votos. É a segunda maior delegação de todo o País.

Os 107 votos de Minas são divididos entre os 35 deputados federais eleitos pelo partido em 1986, os dois senadores da República, Alfredo Campos e Romam Tito, e 58 delegados eleitos para a convenção. Entre os «notáveis» de Minas, participam o ex-governador Hélio Garcia com dois votos como membro do Diretório Nacional e delegado, a vice-governadora Junia Marise (mesma situação), o ex-deputado cassado e suplente de deputado Edgard da Matta Machado. O recorde de votos é do deputado constituinte Carlos Mosconiwn.